

Escola de Artes Visuais do Parque Lage
Reunião convocada pelo Secretário de Estado de Cultura, André Lazaroni, para
apresentação da atual situação da Escola de Artes Visuais - EAV, após a
rescisão do contrato de gestão celebrado com Associação de Apoio às
Instituições Culturais do Rio (OCA LAGE).

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2017, 19h, Salão Nobre

Secretaria de Estado de Cultura

Secretário da Cultura, André Lazaroni
Procurador Jurídico do Estado, Leonardo Amarante

EAV

Fabio Szwarcwald (**Diretor-Presidente**), Rosa Melo (**Coordenadora-Geral de Projetos e Eventos**), Renan Lima (**Assistente de Projetos**), Ana Luiza Fonseca (**Curadora residente da Biblioteca | Centro de Documentação e Pesquisa**), Juliana Machado (**bibliotecária da Biblioteca | Centro de Documentação e Pesquisa**), Celina Martins Pinheiro dos Santos (**Diretora de Administração e Finanças**), Camila Oliveira (**Analista Financeiro**), Leiliane Silva (**Analista de Planejamento Financeiro**), Hércules da Costa Souza (**Supervisor Financeiro Contábil**), Carmen da Costa Souza (**Assistente Administrativo**), Ricardo Pitanga (**Comunicação Visual**), Naldo Turl (**Gerente de Eventos**), Katia Rosendo e Carolina Azeredo (**Secretaria de Ensino**).

Membros da Comissão de Ensino

Marcos Bonisson e Fernando Cocchiarale

Professores

Analu Cunha, Bia Amaral, Bob N, Charles Watson, Chico Cunha, Davi Cury, Denise Cathilina, Evany Cardoso, Franz Manata, Giodana Holanda, Ivan Pascarelli, João Magalhães, Julio Castro, Lucas Parente, Luiz Ernesto, Magno Caliman, Ricardo Mansur, Simone Rodrigues, Susana Spadaccini, Suzana Queiroga, Zoè Gruni.

I – Apresentação da pauta

O diretor-presidente da EAV, Fabio Szwarcwald, abriu a reunião apresentando o secretário de Estado de Cultura, André Lazaroni, o procurador Leonardo Amarante e a pauta da reunião: solucionar a atual situação da escola.

Lazaroni fez breve recapitulação de sua gestão, iniciada há 3 meses, em meio à crise financeira do Estado do Rio de Janeiro. Informou seu recente conhecimento de um contrato com a OS OCA LAGE, que não apresentaria segurança jurídica. Pediu a reunião para clarear sua decisão em finalizar o contrato e procurar uma solução definitiva para manter a “escola livre”, isto é, que use o equipamento do Estado, sem vincular os professores ao Estado. "A escola existe em nossas cabeças, não existe um CNPJ e não tem uma formalização (...) Estamos buscando uma solução que não prejudique os professores, não prejudique a OS, e não prejudique a mim como gestor público (...) São vocês que trabalham mantendo a EAV, mesmo sem receber, que fazem a escola existir."

Leonardo Amarante informou que foi nomeado há duas semanas como procurador jurídico do Estado. Relatou que em 2016 foi feito um aditivo da prorrogação da

rescisão do contrato com a OCA Lage, uma “anomalia jurídica”. Esta seria a quarta prorrogação, como forma de manter a operação funcionando. “Esse contrato não poderia mais perdurar”, disse ele. “Em 30 anos de Estado, nunca tinha visto a prorrogação de um termo aditivo de prorrogação de um contrato extinto”. Disse ser “apenas um advogado tentando ajudar”, e que as decisões práticas serão do secretário, André Lazaroni, e do diretor-presidente, Fabio Szwarcwald.

Lazaroni reforçou os pontos levantados pelo procurador e declarou que “ser administrador público requer muita diligência e sabedoria – tem que saber ouvir”.

II – Propostas e pontos de atenção

Charles Watson pergunta quais foram as possíveis soluções vislumbradas, ressaltando que, na atual situação da OCA LAGE, será muito difícil formar uma nova associação. Watson conta que já foi vice-presidente da AMEAV e completa confessando que na situação atual ele nunca voltaria a se envolver.

Lazaroni pontua saídas:

- Reativar a AMEAV – no mínimo 90 dias, com a dificuldade de encontrar quem integre essa associação na atual situação.
- um ajuste no contrato com OCA LAGE para que ela provisoriamente administre os recursos da escola. Essa seria uma providência emergencial.
- Funcionar pagando os professores como pessoas jurídicas
- O próprio Estado formar uma escola de pós-graduação lato sensu, com cursos livres. Isso possibilitaria ao Estado contratar e pagar os professores.

Suzana Queiroga pergunta se a AMEAV poderia ser blindada do passivo da Oca Lage. Amarante responde que do ponto de vista jurídico a AMEAV não seria responsabilizada pelos débitos da OS, mas não há garantias. Fez ainda um comentário sobre a pergunta de Queiroga: “Me parece que se fosse tão simples o caso não teria subido ao STJ.”

Lazaroni responde que a recepção foi boa. “A OCA possui um passivo que não é da OCA, é do Estado.” [O Estado interrompeu os repasses previstos contratualmente há mais de um ano]. No entanto, Amarante diz que não é garantido do ponto de vista jurídico que esses ajustes aconteçam.

Bob N tocou no tema do prazo e relatou que em poucos minutos que esteve na secretaria naquele mesmo dia viu três interessados desistirem de se inscrever em cursos pelas dificuldades da situação atual (inviabilidade de pagamento com cartão, depósito etc). Lazaroni respondeu que quem dá o prazo é o Jurídico, ou seja, o procurador jurídico do Estado. Por fim, sugeriu uma saída emergencial para pagamento dos professores.

Franz Manata tomou a palavra e conclui que a situação demandará múltiplas ações. “Vamos perder professores e funcionários e já estamos perdendo matrículas. Precisamos de uma ação emergencial. Para fazer um contrato novo, quanto tempo demora?” Amarante respondeu que, caso viável juridicamente, aprovaria um novo contrato amanhã, mas mesmo que consiga-se evoluir com uma situação emergencial, a AMEAV deve ser criada. “A facilidade do caso da EAV é que existe uma AMEAV, que está adormecida, tem CNPJ e pode ter conta bancária.”

Charles Watson perguntou se a ideia é que os professores continuem dando aula sem receber. Lazaroni respondeu que não. Acrescentou que até a próxima segunda-feira

(08/maio) Amarante dará seu parecer e terça-feira (09/maio) seria o prazo mínimo para novo contrato com Oca Lage ser refeito, em de uma ação emergencial para reestabelecer a rotina da escola.

Lazaroni ainda recapitulou que a OS foi criada para que a Escola continuasse como uma escola livre, sem funcionários concursados. O concurso público, desde 1988, é exigido para escolas públicas convencionais.

Rosa Melo perguntou se o contrato for renovado, a AMEAV seguiria com o passivo. Lazaroni e Amarante disseram que não há riscos, mas que o Brasil possui muita insegurança jurídica, e que não há garantias do que vá acontecer.

David Cury perguntou ao procurador: "O senhor corre o risco de fazer uma outra anomalia com o possível adiamento dessa rescisão?" Amarante respondeu: "Exatamente é esse risco. Eu não posso."

III – O risco do término da EAV - escola livre

Fernando Cocchiarale disse que, apesar de a escola do ponto de vista do Estado "não existir", de seu ponto de vista "há 42 anos essa escola forma grande parte dos grandes artistas brasileiros. O fato de ser uma escola de cursos livres faz com que ela seja especialíssima, alunos de pós-graduação de instituições como UERJ ou UFRJ buscam na EAV cursos que fogem do engessamento lato sensu. Isso é um patrimônio. O sapatinho de cristal da Cinderela, que tem que entrar no formato pré-concebido, não se aplica aqui." Pediu que isso fosse destacado. Corre-se o risco de perder mais uma pós-graduação no Rio de Janeiro, e os alunos de pós-graduação vêm buscar aqui o que eles não têm. Segundo Cocchiarale, a "EAV é um tesouro", ao que foi aplaudido.

Lazaroni respondeu que concorda em gênero, número e grau e chegou a citar familiares seus que estudaram na EAV. Reafirmou que no mundo jurídico a EAV não existe, e precisa de uma segurança jurídica para os professores, os gestores da OCA e os gestores da SEC.

Cocchiarale insistiu que a busca de soluções passe ao largo da criação de uma escola como outras que já existem. Reforçou a prioridade de se manter a escola livre. "O meu maior medo é que a escola acabe", conclui. "Não deixemos acabar", disse Lazaroni.

Queiroga lembrou que o formato AMEAV / OCA LAGE, isto é, um gestor que administra juridicamente a escola, funciona para as características da EAV. Acrescentou que não vê a necessidade de criar um outro instrumento. Se a dívida é do Estado, por que ele não quita a dívida?

Lazaroni disse: "Estamos vivendo o caos. Minha maior preocupação nesse momento é com os funcionários da OCA LAGE que estão perdendo seus empregos e por isso sugiro a reformulação do contrato de forma emergencial." Disse ainda que se compromete a tentar negociar a dívida.

Charles Watson complementou que "as consequências de a escola acabar seriam catastróficas". Lazaroni informou que está ciente das consequências e que essa não deve ser uma preocupação. "Não acabará", disse o secretário.

Watson esclareceu o que quis dizer com "que ela não acabe": que não deixe de ter o formato que possui atualmente.

Lazaroni voltou a afirmar que ela não mudará de formato, e que seu objetivo é encontrar alguém para presidir a AMEAV - e não tem dúvidas que encontrará. "Eu presidiria a AMEAV", disse Lazaroni, mas completou que não pode, sendo gestor da SEC.

Queiroga disse que, se ele encontrar uma maneira de blindar a AMEAV do passivo da OCA, ela também não vê dificuldade em encontrar um novo presidente para a associação.

João Magalhães: "O que está se pensando em fazer já que a escola não tem dinheiro faz tempo e o que faremos para evitar absurdos como que o professor Bob N presenciou na secretaria? A partir de amanhã, dia 04 de maio, o aluno poderá fazer sua inscrição pagando com cartão ou depósito?"

Lazaroni respondeu que prefere "não mentir", que não pode dar garantias e que está buscando uma solução racional e espera que o procurador o ajude. Manifestou sua preocupação em comprometer seu maior patrimônio, seu nome. "É um risco muito grande para uma figura política como eu. Um adversário pode usar isso no futuro". Explicou como funciona a operação, em que o procurador dá o parecer dizendo se o contrato possui segurança política, e quem decide se assina é o secretário.

IV – Revisão das opções

Susana Spadaccini pergunta como funcionaria a terceira opção dada inicialmente por Lazaroni, a contratação direta do professor pelo Estado.

Antes da resposta de Lazaroni, Szwarcwald disse que isso seria ineficiente, afinal não resolveria a situação dos 10 (dez) funcionários essenciais para o funcionamento da escola, assim como a diminuição de salários dos contratados pelo Estado e da redução de orçamento. Cita secretaria, área financeira, biblioteca e contratos de manutenção como limpeza. Nesse momento, foi interrompido pelo secretário que disse que a limpeza não é mais responsabilidade da OCA. Celina Pinheiro interferiu e afirmou que a OCA continua responsável, sim, pela contratação de coleta de lixo. Lazaroni conclui que essa situação não deveria estar assim, disse em tom de surpresa que esse assunto já havia sido conversado com a EAV.

"Essa opção resolveria a situação do professor e atrapalharia a escola", argumentou Szwarcwald.

Lazaroni aproveitou a volta às opções citadas no início da reunião para explicar a opção de o Estado formar uma escola de pós-graduação, ainda que comprometesse o caráter "livre". Disse que ouviu de conselheiro de educação do Estado que essa ação não afetaria o *modus operandi* da EAV. Informou ter pedido um estudo ao conselheiro para apresentar à EAV. "O formato não mudaria muito. Não mudaria", enfatizou o secretário.

Resumiu as opções em ordem de qualidade:

- 1 - Reativar a AMEAV
- 2 - Prorrogar contrato com a OCA Lage
- 3 - Reunir e trazer todas as outras opções possíveis para uma decisão em conjunto.

Lazaroni afirmou que não quer ser lembrado nos anais da escola como o responsável por acabar com a "escola livre".

V – As decisões a serem tomadas e administração da dívida

Rosa Melo perguntou se a documentação para renovar a parceria com OCA LAGE está adequada. Lazaroni respondeu que há um decreto do governador Pezão que libera os fornecedores que estão sujos por causa do Estado, e acrescentou que há uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa reconhecendo calamidade pública financeira do Estado do Rio de Janeiro.

Yan Braz, monitor de Bonisson, perguntou como as dívidas da Oca Lage foram negociadas para um valor menor. Szwarcwald respondeu que OCA Lage se reuniu com todos os fornecedores e negociou o deságio. Além disso, alugou as instalações da EAV para a delegação da Grã-Bretanha durante as Olimpíadas, além de para outros eventos ao longo do ano. Isso diminuiu a dívida da OCA LAGE de R\$ 5 milhões para R\$ 1,6 milhão. Essa dívida, segundo Szwarcwald, está congelada. Já a dívida com INSS é sujeita a juros, não é de fácil negociação e compromete o CPF. Szwarcwald citou o caso do ex-diretor financeiro da OS OCA Lage, que está com nome no CADIN.

Lazaroni concordou com Szwarcwald da importância dessa negociação por parte dos gestores da OCA Lage e completou que o não recolhimento do INSS patronal é crime, ou seja, isso não poderia ser negociado.

Ricardo Mansur faz breve recapitulação do *modus operandi* da prorrogação do contrato com a OCA Lage e completou dizendo que se trata de solução paliativa.

Amarante concordou e disse que um item do parecer é a reativação da associação AMEAV. Se outras sugestões surgirem, poderiam ser avaliadas.

Lazaroni explicou que não se refere mais à OCA LAGE como organização social, pois ela foi desqualificada ao ser desligada do Estado. Ele se refere, portanto, à Associação de Apoio às Instituições Culturais do Rio, que funcionará como um protótipo da próxima AMEAV. “Nós vamos refundar a AMEAV”, disse ele. Lazaroni repetiu que, em caso de uma nova associação, esta não herdaria a dívida. No entanto, reforçou que a segurança jurídica nunca é plena.

Simone Rodrigues lembrou que na época de criação da OS uma das motivações era a falta de capacidade jurídica da sustentação da escola pela AMEAV, e de uma possível dívida dessa associação, anterior à dívida da OCA Lage – dívida essa não conhecida por Lazaroni e demais participantes.

V - O futuro da EAV

Bonisson pediu a volta da discussão emergencial considerando que a extinção de EAV seria um custo político altíssimo para a SEC, e reivindica lucidez e bom senso nas decisões.

Lazaroni reafirmou que em nenhum momento passou pela sua cabeça fechar a escola.

Rosa Melo descreveu sua ação na equipe da escola, disse que não sabe até quando permanece, dadas a falta de pagamento, a redução de salário e a escassez de orçamento. Indagou sobre a negociação com a FEComercio (que teria se comprometido com uma verba anual de R\$ 15 milhões para a EAV). Lazaroni relatou sua comunicação com a FEComercio desde que entrou substituindo a ex-secretária de Cultura Eva Doris. Comentou que a grande questão são as contrapartidas

demandadas pela FEComercio. Relatou ter dúvidas se essas demandas seriam do agrado dos professores.

Bonisson pediu apoio do secretário nas futuras negociações. Lazaroni reforçou: “Eu conheço a força política da Escola. Eu sei com quem estou lidando, estou lidando com arte, estou lidando com cultura.”

Magno perguntou se a ação paliativa, se aprovada, duraria tempo suficiente até a AMEAV ser formada? Amarante diz que tecnicamente a associação já existe, a questão não é burocrática ou política, e sim é a tomada de poder da AMEAV - um presidente sem medo de assumir a associação.

Szwarcwald finalizou a reunião resumindo que a SEC, vendo a gravidade da situação, dará uma solução emergencial e paliativa nos próximos dias. Além disso a SEC manterá o diálogo tanto sobre a reativação da AMEAV como da possível parceria com FEComercio.

Rosa Melo solicitou um comunicado coletivo sobre a aprovação da solução paliativa, ou seja, do novo contrato entre OCA e Estado. Lazaroni disse que virá pessoalmente dar a notícia.

ALF | MS